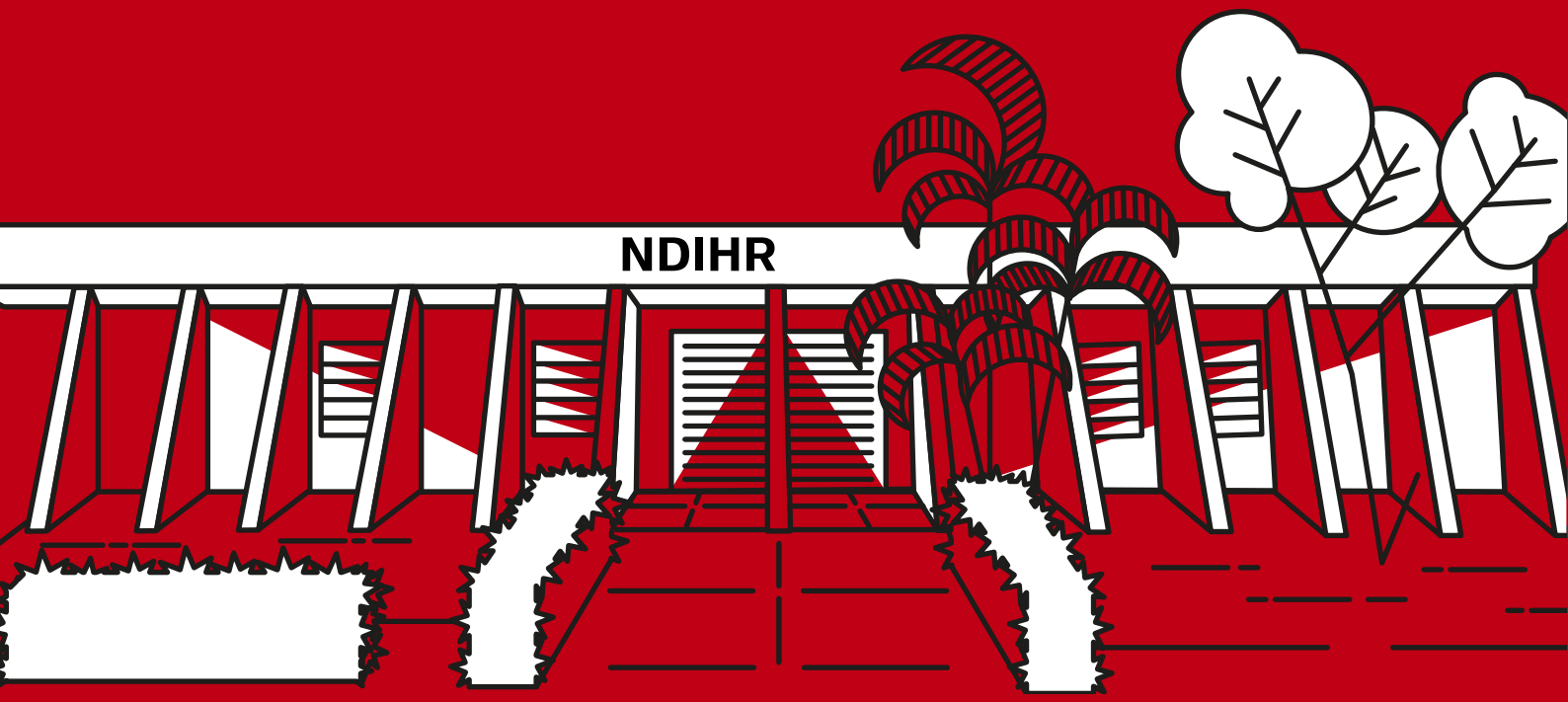
REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN 2176-5804
2009 - 2025
Vol. 38 N. 1 - Julho/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UFMT 55 anos

NDIHR

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS

REDM
ISSN: 2176-5804

Jovanildes de Fátima Silva
Mestranda em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Asunción UAA
jovafs@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo demonstrar os principais estudos brasileiros de estratégias de inclusão escolar eficazes para promover a participação e o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. A metodologia utilizada de abordagem qualitativa, exploratório de procedimento de revisão sistemática da literatura RSL no Portal de Periódicos da CAPES, PubMed, Scielo, ERIC, *Google Scholar* e *Web of Science*. Os resultados embora parciais demonstraram que investir em estratégias didáticas pedagógicas que levem em consideração as características únicas e necessidades específicas de cada aluno, resultam em uma inclusão mais efetiva alinhada aos princípios da educação integral e ao respeito às diferenças.

Palavra-Chave: TEA. Educação inclusiva. Legislação de inclusão.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the main Brazilian studies of effective school inclusion strategies to promote the participation and development of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the educational environment. The methodology used is a qualitative approach, exploratory and systematic review of the literature (RSL) in the CAPE Journal Portal, PubMed, Scielo, ERIC, Google Scholar and Web of Science. The results, although partial, demonstrated that investing in didactic and pedagogical strategies that take into account the unique characteristics and specific needs of each student, results in more effective inclusion aligned with the principles of comprehensive education and respect for differences.

Keywords: ASD. Inclusive education. Inclusion legislation.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema central no contexto educacional contemporâneo, exigindo abordagens que promovam o desenvolvimento integral e respeitem as particularidades desses alunos, cujos aspectos psicopedagógicos do autismo apresentam desafios e oportunidades para o sistema educacional que exige uma compreensão aprofundada de suas especificidades psicopedagógicas.

A inclusão escolar de alunos com TEA tem se consolidado como um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ainda há um grande abismo entre a teoria e a prática.

Nesse sentido este estudo concentra-se nas estratégias de inclusão escolar voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino básico, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental I, fases cruciais para o desenvolvimento acadêmico e social. Considerando as peculiaridades do autismo, a pesquisa foca em práticas pedagógicas e adaptações do ambiente escolar que promovem a inclusão desses alunos de maneira efetiva e que estejam alinhadas às políticas educacionais brasileiras.

Segundo Santos (2013), o termo inclusão em educação o mais apropriado para designar o estabelecimento de processos educacionais, a inclusão não é um estado final e sim uma luta constante para a participação social plena, não somente das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas na sociedade. Dessa forma, enquanto Inclusão em Educação se caracteriza como um processo que se opõe às exclusões, educação inclusiva, ao invés, transmite um caráter de estado final, ignorando os movimentos processuais necessários e as lutas do mundo contemporâneo.

A implementação efetiva da inclusão alunos com TEA apresentam uma ampla variedade de características e necessidades que variam de acordo com o nível de suporte necessário, a forma como processam as informações e as dificuldades que podem ter na comunicação e na interação social, que envolve desafios, parcerias, adaptações e reflexões, pois muitos valores implícitos nessa jornada são pouco discutidos ou até mesmo ignorados, especialmente quando não se enquadram em padrões previamente estabelecidos de comportamento e igualdade.

A ausência de conhecimento e estratégias adequada através da formação continuada e de apoio técnico pedagógico para o desenvolvimento de práticas inclusivas dificulta a promoção de uma educação que contemple as particularidades dos alunos com autismo. Essas particularidades exigem adequação do ambiente escolar e estratégias pedagógicas que respondam às necessidades específicas dos alunos com TEA, que vão além do currículo padrão.

As especificidades do TEA exigem adequação do ambiente escolar e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respondam às necessidades específicas dos alunos com autismo, e adaptações que vão além do currículo padrão, incluindo abordagens individualizadas, recursos visuais, técnicas de comunicação alternativa e o uso de tecnologias assistivas.

Na atualidade, muito tem se discutido sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade como um todo, principalmente no ambiente escolar, para que essa inclusão seja efetivamente possível é necessário que toda a comunidade escolar tenha conhecimento sobre a natureza das necessidades especiais, a fim de que o espaço escolar seja um lugar onde possa oferecer as possibilidades do desenvolvimento pleno do aluno

Segundo Medeiros (2010), em sua obra Coordenação das Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento - Serviço de Orientação Pedagógica à Educação Especial, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige a identificação das principais

dificuldades enfrentadas por professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é fundamental compreender como ocorre a socialização desses alunos na escola regular e propor alternativas e estratégias que favoreçam sua interação social.

Neste contexto, o estudo em tela é norteado pela seguinte questão: quais são as estratégias existentes para a inclusão de alunos com transtorno do Espectro Autista? Assim, o objetivo central da pesquisa é investigar estratégias de inclusão escolar eficazes para promover a participação e o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. Os objetivos secundários desta pesquisa foram reformulados para refletir um escopo mais abrangente e integrado.

A partir dessas análises, pretende-se propor um conjunto de recomendações práticas e políticas públicas desejando não apenas a inclusão, mas a valorização desses estudantes, que contribuem para garantir uma inclusão de qualidade, cujas especificidades de alunos com TEA, exigem abordagens específicas e individualizadas que atendam as suas necessidades.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de fortalecer as práticas educacionais inclusivas, que apesar de avanços em políticas públicas e na conscientização sobre o tema, ainda há uma carência de estudos aplicados e estratégias específicas que orientem educadores e instituições no acolhimento e desenvolvimento de estudantes com Autismo.

A escolha de apontar estratégias pedagógicas no ensino básico, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental I, justifica pela importância de uma intervenção precoce e pela necessidade de promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas desde os primeiros anos escolares.

Essa delimitação busca, assim, fornecer um panorama específico e aprofundado sobre as práticas inclusivas voltadas para o TEA no início da escolarização, considerando os desafios e as oportunidades para a construção de uma escola inclusiva e acolhedora para todos os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Além disso, o trabalho se concentra em estratégias que envolvem o uso de recursos pedagógicos visuais, tecnologias assistivas e o papel do professor mediador, aspectos que têm sido apontados como especialmente eficazes no contexto da inclusão de alunos com autismo.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por desafios na comunicação, na interação social e pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, atualmente é considerado uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas com um curso de uma inadequação do desenvolvimento que se manifesta por toda a vida (Apa, 2014).

O Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Psiquiátrica Americana, quinta edição (DSM-V, 2014), critérios padronizados para diagnosticar os diversos tipos de distúrbios mentais, e considera o TEA pertencente à categoria de transtornos invasivos do desenvolvimento mental e estabelece critérios de diagnósticos específicos de manifestações, desde mais leves, como o autismo de alto funcionamento, até quadros mais graves, que podem incluir limitações na comunicação verbal e dificuldades significativas na interação social (Apa, 2014).

Segundo *American PsychiatricAssociation*- APA (2014, p 32), o distúrbio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza como um espectro compartilhado de prejuízos qualitativos na interação social:

> 1.Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, com uma abordagem social anormal e o fracasso de conversas normais; para compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afetos; falha em iniciar ou responder a interações sociais.
> 2.Déficits em comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, em comunicação verbal e não verbal mal integrada; anormalidades no contato visual e na linguagem corporal ou déficits na compreensão e no uso de gestos; total ausência de expressões faciais e comunicação não verbal.
> 3.Déficits no desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamentos, variando, por exemplo, entre dificuldades em ajustar o comportamento para atender a vários contextos sociais; a dificuldades em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos; à falta de interesse pelos pares (*American PsychiatricAssociation*, 2014).

Crianças autistas mostra-se indiferente a qualquer tipo de contato físico, são caracterizadas pela dificuldade na capacidade de se comunicar, entender a linguagem, brincar, desenvolver habilidades sociais e se relacionar com os outros. Essa heterogeneidade implica que as dificuldades de aprendizagem entre os indivíduos com TEA também podem variar significativamente, exigindo abordagens pedagógicas diferenciadas e adaptadas(Jesus e Germano, 2013).

Ainda *American PsychiatricAssociation* (2014, p. 45) a gravidade do transtorno é baseada em deficiências de comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades:

> 1. Movimentos motores estereotipados ou repetitivos, uso de objetos ou fala (por exemplo, estereótipos motores simples, alinhando brinquedos ou lançando objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
> 2. Insistência na mesmice, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (por exemplo, angústia extrema com pequenas mudanças, dificuldades com as transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de cumprimento, precisam seguir a mesma rota ou comer a mesma comida todos os dias)

> 3. Interesses fixos altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverantes).
> 4. Hiper ou hipo-reatividade à entrada sensorial ou interesse incomum em aspectos sensoriais do ambiente., a exemplo indiferença aparente à dor/temperatura, resposta adversa a sons ou texturas específicas, cheiro ou toque excessivo de objetos, fascínio visual por luzes ou movimento (*American PsychiatricAssociation* (Apa, 2014).

Para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), e o nível de desenvolvimento das habilidades intelectuais e da disfunção cognitiva, o indivíduo deve ter evidência de seis ou mais dos itens dos domínios acima citados. Essa variação nos sintomas e na intensidade das manifestações justifica a designação de "espectro", que sublinha a diversidade de expressões e necessidades individuais dos indivíduos com Autismo (Zanon *et al*, 2017).

Segundo Bosa e Callias (2017), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), se apresenta, geralmente, ainda na primeira infância, embora os sintomas possam variar conforme o desenvolvimento da criança. As principais características diagnósticas incluem dificuldades persistentes na interação social e na comunicação, que se expressam por comportamentos que podem ir desde a falta de resposta aos estímulos sociais até a dificuldade em iniciar ou manter uma conversa.

Autores como Baron-Cohen et al. (2001) e Wing (1997) enfatizam que, devido à complexidade do TEA, é fundamental compreender as particularidades de cada caso para desenvolver estratégias educacionais eficazes. Essas diferenças podem interferir diretamente na capacidade de atenção e no engajamento em atividades pedagógicas. Entender os aspectos psicopedagógicos do autismo é essencial para promover uma educação inclusiva e eficiente, que valorize as potencialidades dos alunos e atenda às suas necessidades.

POLÍTCA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, a educação com um direito social a toda e qualquer pessoa foi estabelecida, pela Constituição Federal de 1988, de maneira bastante abrangente, a legislação brasileira assegura às pessoas com deficiência seus direitos como cidadãos conscientes e participativos na sociedade. Atualmente, no campo legal e jurídico, a base que sustenta a Educação Especial é composta, em primeiro lugar, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando sua inclusão social e cidadania. Dentre os principais direitos estão: direito à vida; direito à saúde; direito à educação; direito ao trabalho; direito à previdência social, entre outros.

Adicionam-se a essas normativas legais, em âmbito internacional, a Declaração de Salamanca de 1994, uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborada durante a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, na Espanha.

Exclusivamente para as pessoas com TEA, há a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, que admite o TEA como uma deficiência e, com isso, reconhece os direitos previstos por lei para as pessoas com algum tipo de deficiência também a essa população.

Nessa gama de legislações, destacam-se, a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014-2025, além de uma gama de decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que versam sobre a educação especial. Esse documento aborda princípios, políticas e práticas voltadas às necessidades educacionais especiais, propondo ações regionais, nacionais e internacionais para a estruturação da Educação Especial (Nunes e Santana, 2018).

Além disso, destaca-se a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra os portadores de deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala. No Brasil, essa convenção foi incorporada pelo Decreto nº 3.956/2001,que assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais das demais, incluindo o direito de não sofrer discriminação com base na deficiência, fundamentado nos princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva é um modelo educacional que visa garantir o direito de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, a um ensino de qualidade, equitativo e adaptado às suas necessidades individuais, na busca de superar barreiras no processo de ensino-aprendizagem, assegurando que alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades tenham acesso igualitário ao conhecimento.

De acordo com Mantoan (2006), a escola deve ser um espaço inclusivo e acolhedor, preparado para atender à diversidade dos alunos por meio de um ensino que respeite as diferenças individuais. Para isso, é essencial que a instituição de ensino ofereça suporte pedagógico e estrutural adequado, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade

Nesse sentido estratégias pedagógicas de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige que levem em consideração suas características únicas e necessidades específicas de cada aluno, sendo fundamental assegurar a motivação, apresentar tarefas únicas, somente quando os requisitos já foram antes adquiridos, e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, com procedimentos de ajuda que proporcione reforçadores contingentes, imediatos e potentes (Coll, Marchesi, Palacios&Cols, 2004).

A implementação de estratégias inclusivas exige dos educadores uma abordagem cuidadosa e sensível, visando assegurar que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve não apenas adaptações físicas ou curriculares, mas também a criação de um ambiente que promova o respeito mútuo, valorize as diferenças e estimule a empatia entre os estudantes.

Ao elaborar o planejamento educacional, é essencial observar atentamente o aluno para identificar quais estratégias e canais de comunicação são mais eficazes para sua aprendizagem, dos quais alguns alunos podem responder melhor a estímulos visuais do que auditivos, enquanto outros podem ser mais receptivos à estimulação tátil. Essa observação permite que o educador adapte suas estratégias de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada estudante (Mazzotta e D'Andino, 2011).

Ainda Mazzotta e D'Andino (2011) consideram que para atender às necessidades individuais dos alunos, o ensino deve ser abordado de forma individualizada, garantindo que cada criança receba o suporte adequado ao seu desenvolvimento. Não há um método único ou uma "receita" específica para o trabalho com estudantes que possuem necessidades especiais, no entanto, a formação contínua dos professores que atuam na educação especial e no atendimento educacional especializado é essencial.

Dessa maneira, o aprimoramento constante permite não apenas um assessoramento pedagógico mais eficaz, mas também a promoção do conhecimento científico e acadêmico, assegurando uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Ao adotar abordagem personalizada, os educadores contribuem para a construção de um ambiente educacional inclusivo, onde cada aluno é reconhecido e valorizado em sua singularidade, promovendo, assim, uma aprendizagem mais eficaz e significativa.

Mantoan (2006) enfatiza que a inclusão não significa apenas permitir que alunos com deficiência frequentem a escola regular, mas sim reconhecer e valorizar suas potencialidades, promovendo um ensino equânime que possibilite o desenvolvimento integral de cada estudante.

Freire (1970) enfatiza que a educação deve ser um processo libertador e dialógico, em que o aluno é o centro da aprendizagem e não um simples receptor de conteúdo. Nesse sentido, a pedagogia inclusiva propõe metodologias que respeitam as individualidades, favorecendo um ensino significativo e acessível para todos.

Neste sentido, entendemos que uma escola democrática se estabelece à medida que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, incluindo neste contexto pais e a comunidade à qual a escola está inserida, tenham o direito de participar criticamente da criação das políticas e programas escolares.

De acordo com Oliveira (2006), na educação inclusiva, todos têm o direito à educação de qualidade, incluindo o acesso regular ao espaço comum de vida em sociedade, sendo aceitos em suas diferenças individuais. Para garantir uma inclusão efetiva, a escola deve modificar suas concepções pedagógicas, repensando as práticas de ensino de maneira a entender as dificuldades específicas de cada aluno e garantir que estas sejam devidamente atendidas.

METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado nesta pesquisa de revisão sistemática de literatura baseia na análise de trabalhos publicados no Portal de Periódicos da CAPES, bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scielo, ERIC, Google Scholar e *Web of Science*, pelo fato de abranger diversas bases de dados em seu acervo, de variados tipos de materiais, como teses, dissertações, artigos e livros.

A revisão da literatura se concentra em investigar as estratégias educacionais eficazes de inclusão no ambiente escolar. Para isso, foi realizada uma busca nas bases de dados PubMed, Scielo, ERIC, *Google Scholar* e *Web of Science*, combinando termos específicos relacionados ao TEA, inclusão e necessidades educacionais especiais e aplicando critérios de inclusão e exclusão bem definidos.

A coleta na base de dados foi realizada em outubro de 2024, com recorte temporal de trabalhos publicados nos últimos 5 (cinco) anos (2019-2024), com a definição de 6 (seis) palavras-chave “Inclusão em Educação”, “Transtorno do Espectro Autista”, “experiências de professores”, “experiências de docentes”, “legislação de inclusão”, “estratégias educacionais de inclusão” e 3 (três) descritores “Educação Inclusiva”, “estratégia pedagógica e “Autismo”.

Preferencialmente foram selecionados trabalhos em língua portuguesa, considerando sua relevância com contexto acadêmico científico. Os descritores foram obtidos através do Thesaurus Brasileiro da Educação (BRASED) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). que permitiu o uso dos mesmos termos na busca nas bases de dados estabelecidas.

A análise dos dados envolverá a identificação de temas, padrões e nuances presentes nos artigos selecionados, seguindo metodologias qualitativas reconhecidas. Os dados extraídos foram analisados quanto à metodologia, resultados e conclusões, e organizados em categorias temáticas que reflitam as diferentes estratégias de inclusão educacional visando representar uma variedade de perspectivas e experiências sobre a inclusão escolar de alunos com autismo, numa visão abrangente e aprofundada sobre as estratégias utilizadas e sua eficácia (Tabela 1).

Tabela 1. Estudos e Amostra

Estudos e Amostra	
	Estudos e publicações que tratam das estratégias de inclusão escolar para alunos com autismo.

Artigos Acadêmicos	
Autores e Pesquisadores	Estudos e publicações que tratam das estratégias de inclusão escolar para alunos com autismo.
Experiências Práticas	Documentos que descrevam casos de sucesso e práticas implementadas em escolas, incluindo relatos de professores, gestores e profissionais de apoio que atuam diretamente na inclusão de alunos com autismo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Esta análise facilitou a compreensão das melhores práticas e as condições necessárias para a implementação efetiva dessa temática que permitiu identificar tendências, temas comuns, lacunas na literatura e propostas para futuras pesquisas.

A discussão dos resultados desta pesquisa enfatizará a necessidade de formular políticas de inclusão efetivas, programas de capacitação e promoção de uma cultura de respeito à diversidade

RESULTADOS

Os resultados obtidos fornecem informações relevantes que podem ser usados para orientar ações práticas na promoção da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Considerando os critérios estabelecidos, a pesquisa bibliográfica conduziu à identificação de artigos relevantes, dos principais referenciais teóricos que consideramos dialogar com a temática retratada, cujo resultados preliminares da pesquisa bibliográfica evidenciaram a importância de uma abordagem pedagógica diversificada para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Na pesquisa bibliográfica, foram identificadas estratégias teoricamente fundamentadas, com modelos de ensino diferenciado, abordagens centradas no aluno, adaptações curriculares e programas de intervenção precoce, cujas estratégias têm como objetivo atender às necessidades individuais dos estudantes com TEA, criando um ambiente de aprendizagem mais acessível e equitativo. e estabeleceu um sólido alicerce para os resultados e discussão e faz um convite para repensar e reimaginar o papel da educação na contemporaneidade de inclusão.

A busca com os descritores combinados encontrou-se 238 trabalhos científicos que foram exportadas para o software End NOTE, dos quais foram excluídas 88 publicações que não foram revisados por pares, restando 150 publicações de trabalhos científicos, que foram agrupados em três categorias temáticas (Tabela 2).

Tabela 2. Eixos Temáticos

Eixos	Descrição
(1) Legislação Vigente de Inclusão Escolar para Alunos com Autismo	Que regem o sistema educacional brasileiro de inclusão escolar para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
(2) Estratégias didático-pedagógicas Inclusão Escolar para Alunos com Autismo	Adaptação do Ambiente Escolar: discuta a importância de criar um ambiente que minimize estímulos excessivos e facilite o conforto sensorial para o aluno.
	Capacitação de Professores: enfoque na necessidade de formação continuada para que os docentes conheçam as melhores práticas e saibam lidar com os desafios do TEA.
	Uso de Tecnologias Assistivas: introduza tecnologias que ajudam na comunicação, como aplicativos e dispositivos específicos para alunos com dificuldades na fala.
(3) Estratégias Pedagógicas Diferenciadas	Ensino Estruturado: discuta a abordagem TEACCH, que organiza o ambiente de aprendizagem para oferecer previsibilidade e estrutura.
	Uso de Pictogramas e Recursos Visuais: os recursos visuais ajudam na compreensão e no processamento de informações.
	Apoio Individualizado: a presença de um mediador ou tutor pode auxiliar o aluno com TEA a interagir e acompanhar o conteúdo pedagógico.
	Técnicas de Socialização: como trabalhar a interação social por meio de atividades em grupo, jogos cooperativos e estímulo ao convívio.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024)

Essas categorias auxiliaram na compreensão das estratégias didáticas e dos desafios enfrentados por esses alunos e na proposição de práticas pedagógicas eficazes para promover uma educação inclusiva, sendo um tema que não se esgota, se queremos garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral desses indivíduos.

A seguir, são apresentadas as principais categorias analíticas e os achados empíricos sistematizados, das principais estratégias pedagógicas de inclusão escolar que atenderam a todos os critérios determinados de acordo com os objetivos desta pesquisa, dentro do recorte temporal determinado (Tabela 3).

Tabela 3. Síntese das Principais Estratégias Pedagógicas de InclusãoEscolar

Categoria	Abordagem de inclusão	Aplicação pedagógica
Modelos de Ensino Individualizado	Ensino Individualizado	Planos Educacionais Individualizados (PEI)
Diferenciado	Aprendizagem colaborativa	Grupos de estudos mistos
Abordagens Centradas no aluno	Pedagogia Inclusiva e Estratégias Visuais	Adaptação de materiais didáticos e Utilização de gráficos e tabelas

Adaptações curriculares	Currículo flexível e Tecnologia assistiva	Inclusão de atividades adaptativas e Softwares educativos
Programas de intervenção	Intervenções comportamentais	Técnicas de ABA
Precoce	Apoio Multidisciplinar	Equipes de suporte com profissionais diversos

Fonte: Adaptado pela pesquisadora com os dados da pesquisa, 2025.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os estudos revisados ratificam que a prática inclusiva está sendo criada em salas de aula em contextos diversos, sejam eles com necessidades especiais ou diferenças culturais, étnicas, linguísticas ou socioeconômicas, requer uma perspectiva abrangente e estratégias pedagógicas que vão além dos métodos tradicionais.

As práticas pedagógicas desempenham um papel central nesse processo, pois configuram o ambiente educacional e estabelecem as bases para a efetiva inclusão de todos os estudantes. A eficácia dessas práticas inclusivas está na habilidade de adaptar os métodos de ensino, materiais didáticos, avaliações e interações em sala de aula para atender às necessidades individuais de cada aluno.

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema central no contexto educacional contemporâneo, exigindo abordagens que promovam o desenvolvimento integral e respeitem as particularidades desses alunos, cujos aspectos psicopedagógicos do autismo apresentam desafios e oportunidades para o sistema educacional que exige uma compreensão aprofundada de suas especificidades psicopedagógicas.

Segundo Santos (2013), o termo inclusão em educação o mais apropriado para designar o estabelecimento de processos educacionais, a inclusão não é um estado final e sim uma luta constante para a participação social plena, não somente das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas na sociedade. Dessa forma, enquanto inclusão em educação se caracteriza como um processo que se opõe às exclusões, educação inclusiva, ao invés, transmite um caráter de estado final, ignorando os movimentos processuais necessários e as lutas do mundo contemporâneo.

Quando respeitadas as especificidades do TEA e aplicadas estratégias pedagógicas baseadas em evidências, é possível promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, que valorize as potencialidades individuais de cada aluno, cuja educação inclusiva exige um esforço coletivo e constante para que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possam alcançar seu pleno potencial no ambiente escolar, como afirmam Mesibov et al. (2005, p 45), "não há uma abordagem única para o ensino de indivíduos com TEA", mas sim a necessidade de criar um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

Nesse contexto, a formação contínua de educadores e a integração de práticas baseadas em evidências são cruciais para garantir o sucesso educacional desses alunos, cuja capacitação de

professores tem um impacto direto no desempenho e bem-estar de alunos com TEA. A formação continuada dos docentes e gestores favorecerá a construção de práticas pedagógicas que desenvolvam a autonomia, a criatividade e imaginação dos alunos com TEA, considerando que são sujeitos potentes e capazes (Gentil e Namiuti, 2015).

Estudos de Silva e Carvalho (2017), mostram que práticas pedagógicas inclusivas e bem planejadas aumentam o engajamento e o aprendizado desses alunos, além de reduzir o risco de exclusão ou discriminação, dessa maneira investir na formação continuada é não apenas uma necessidade institucional, mas também uma ação transformadora para promover a equidade no sistema educacional.

Segundo Costa (2007), a capacitação docente é um pilar central para o sucesso da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao investir na formação contínua e no suporte aos professores, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade e possibilite o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Goodman e Willians (2007), consideram que combinar a formação dos profissionais, mudanças físicas, organizacionais e pedagógicas é possível construir um espaço educativo que favoreça o desenvolvimento pleno desses alunos, promovendo não apenas seu sucesso acadêmico, mas também sua integração social, cuja criação de ambientes escolares adaptados para alunos com TEA é uma estratégia essencial para a inclusão.

Em relação as práticas pedagógicas, a literatura mostra que o uso de pictogramas e outros recursos visuais não é apenas uma ferramenta de apoio, mas uma estratégia fundamental para promover o engajamento, a compreensão e o sucesso dos alunos com TEA no ambiente escolar. Ao oferecer estrutura, previsibilidade e um meio eficaz de comunicação, esses recursos tornam o processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e eficiente (Jesus e Sá, 2013).

O apoio individualizado é uma ferramenta indispensável para o sucesso educacional de alunos com TEA, contudo, para que as estratégias sejam plenamente eficazes, é necessário investir na formação contínua dos professore e na sensibilização das instituições de ensino sobre sua importância.

Como apontado porSilva (2006), a inclusão bem-sucedida não é apenas um ideal, mas uma prática que requer esforços coordenados e recursos adequados para ser alcançada, no qual mediadores e tutores desempenham um papel crucial na adaptação de conteúdos, na mediação social e no manejo comportamental, tornando a experiência escolar mais acessível e significativa.

Segundo Carrera (2000), as técnicas de socialização para alunos com TEA requerem planejamento cuidadoso e uma abordagem personalizada, na qual as estratégias de atividades em grupo, jogos cooperativos e estímulos ao convívio social são estratégias baseadas em evidências que não apenas promovem habilidades sociais, mas também transformam o ambiente escolar em um

espaço mais inclusivo e acolhedor, e para que essas estratégias sejam bem-sucedidas, é fundamental o envolvimento ativo dos professores, a capacitação contínua da equipe pedagógica e o apoio das famílias

Há de considerar que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais é uma parte essencial da formação integral dos alunos. Ao trabalhar competências como autoconsciência, empatia e tomada de decisão responsável, a escola não apenas prepara os estudantes para os desafios acadêmicos, mas também para a vida em sociedade.

Como destaca Goleman (2012), as emoções são um componente central da inteligência, e seu desenvolvimento é fundamental para o sucesso pessoal e profissional. Dessa maneira, ao investir em estratégias que promovam o desenvolvimento socioemocional, as escolas não apenas fortalecem a autoestima e a interação social dos alunos, mas também criam um ambiente mais inclusivo e acolhedor, alinhado aos princípios da educação integral e ao respeito às diferenças.

A integração de tecnologias assistivas, metodologias ativas e a formação contínua dos docentes são estratégias essenciais para que o ensino possa se adaptar às particularidades dos alunos com TEA, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento e contribuindo para a emancipação e o desenvolvimento integral dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema escolar é uma questão que não apenas atende a legislações vigentes, mas também representa um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os indivíduos com TEA apresentam uma ampla variedade de habilidades e desafios, que podem variar significativamente de uma pessoa para outra, o que torna, cada vez mais evidente a necessidade de práticas educativas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Compreender o TEA e suas implicações na aprendizagem é fundamental para a construção de um ambiente educativo inclusivo, cuja o desenvolvimento de estratégias de inclusão que considerem essas particularidades é essencial para garantir não apenas o acesso, mas a participação efetiva desses alunos nas atividades escolares.

As abordagens estratégicas de inclusão pedagógica aqui apresentadas buscam não apenas promover a igualdade de oportunidades, mas também reconhecer e valorizar as diferenças como elementos que enriquecem o processo educativo. No entanto, a verdadeira inclusão não significa uniformidade, mas sim a garantia de que todas as individualidades sejam reconhecidas e respeitadas, permitindo que cada pessoa tenha seu espaço e suas oportunidades dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 32-45.

BARON-COHEN, S. et al. The Autism-Spectrum Quotient (AQ): Evidence from Asperger Syndrome/High-Functioning Autism, Males and Females, Scientists and Mathematicians. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 31, n. 1, p. 5–17, 2001.

BOSA, C. A.; CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 167-178, jan./abr. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2025**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 out. 2001.

CARRERA, G. **Dificuldades de Aprendizagem**: detecção e estratégias de ajuda. Rio de Janeiro: Cultural, 2000.

COLL, C.; MARCHSI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 1.

COSTA, Valdelúcia A. da. **Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais**: políticas e sistemas. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GENTIL, K. P. G.; NAMIUTI, A. P. S. Autismo na Educação Infantil. **Revista Uniara**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 176-185, dez. 2015.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOODMAN, G.; WILLIANS, C. M. Intervenções para aumentar o envolvimento acadêmico de alunos com distúrbios do espectro do autismo em salas de aula inclusivas. **Teaching Exceptional Children**, v. 39, n. 6, p. 53-61, jul./ago. 2007.

JESUS, D. A. D.; GERMANO, J. A. Importância do planejamento e da rotina na educação infantil. In: JORNADA DE DIDÁTICA E SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CEMAD, 2., 2013, Londrina.

Docência na educação superior: caminhos para uma práxis transformadora. Londrina: [s. n.], 2013. p. 29-40.

JESUS, D. M.; SÁ, M. G. C. S. **Políticas, práticas pedagógicas e formação**: dispositivos para a escolarização de alunos(as) com deficiência. Vitória, ES: EDUFES, 2013. p. 195.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANDINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, jun. 2011.

MEDEIROS, K. M. da S. **Coordenação das Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento Serviço de Orientação Pedagógica à Educação Especial**. Divisão de Supervisão Escolar. Departamento Técnico Pedagógico – DETEP, 2010.

MESIBOV, G. B.; SHEA, V.; SCHOPLER, E. **The TEACCH Approach to Autism Spectrum Disorders**. New York: Springer, 2005.

NUNES, I. M.; SANTANA, I. Q. S. Educação especial e inclusão: as políticas públicas brasileiras de inclusão de pessoas público-alvo da educação especial em salas regulares. **C&D-Revista Eletrônica da FAINOR**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 3, p. 541-560, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, M. M. B. C. **Ampliando o Olhar sobre as Diferenças através de Práticas Educacionais Inclusivas**. Brasília, DF: SEED/MEC, 2006.

SANTOS, E. C. A inclusão escolar e a família da criança com autismo. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, C. (Org.). **Educação para todos**: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 59-87.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr./jun. 2017.

SILVA, M. O. E. da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor**: um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. São Paulo: Avercamp, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Corde, 1994.

WING, L. The continuing significance of Asperger's syndrome. **British Journal of Psychiatry**, v. 170, n. 5, p. 477–484, 1997.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 19, n. 1, p. 164-175, 2017. Disponível em: http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p164-175. Acesso em: 14 mar. 2022.